

RELATO

ABRIL VERMELHO SOBRE A PLANÍCIE VERDE (ALGUMAS IMPRESSÕES SOBRE A MARCHA DO MST NA BAHIA, ABRIL DE 2007)

CARLOS G. RODRÍGUEZ RIVERA *

Participei da *Marcha dos Sem Terra*, entre 9 e 17 de abril de 2007, cem quilômetros a pé, junto a cinco mil camponeses e camponesas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Coordenação Estadual dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA), do Estado da Bahia, Nordeste do Brasil, de Feira de Santana (BA) até Salvador (BA), porque creio nos despossuídos deste mundo. Incorporei-me à Marcha já iniciada, nas proximidades do município de Santo Amaro, porque acredito nos despossuídos organizados e que desenvolvem a Campanha Nacional chamada *Abril Vermelho*, que mobiliza milhares de camponeses em dez Estados brasileiros (Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo), através de ocupações de terra e prédios públicos, postos de pedágio, marchas e acampamentos.

Caminhei com eles vários dias até chegar a Salvador, a capital, porque suas reivindicações me parecem justas: não deixar impune o massacre ocorrido há onze anos (quando uma outra Marcha foi atacada pela Polícia Militar, na cidade de Eldorado dos Carajás, no Pará, num saldo de 19 assassinados, 69 mutilados e centenas de feridos) e agilizar o processo da Reforma Agrária no Brasil. Atualmente, estão vivendo debaixo de lonas de plástico preto pelo menos 25 mil famílias na Bahia e 140 mil em todo o país. Algumas levam três, cinco e até oito anos nessa situação, uma vez que a tramitação do processo de reforma está paralisada. Somente na Bahia há pelo menos cinquenta estabelecimentos, com cerca de oito mil famílias, ansiando por condições dignas de vida. Pressionam legitimamente para tornar ágil o processo que dote de infra-estrutura suas propriedades e permita o acesso ao crédito e à assistência técnica.

Minha experiência no México se dá nos mundos do trabalho e da luta operária. Por 21 anos venho trabalhando de operário e na educação sindical. Com outros jesuítas, abrimos um escritório especializado na promoção e defesa dos direitos humanos trabalhistas. Procuramos intervir na democratização sindical do país e na luta por uma vida digna, manifesta no respeito aos direitos sagrados dos trabalhadores: salário justo, estabilidade no emprego, seguridade social e respeito aos direitos coletivos de sindicalização, greve e contratação coletiva. No momento, estou de recesso no meu trabalho, conhecendo o que se passa na Venezuela, no Brasil e na Bolívia, a partir de seus movimentos sociais. Foi assim que me envolvi na Marcha. Além disso, acompanhei os companheiros da CETA por dois dias na negociação ocorrida logo depois na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e regressei com eles para conhecer seus assentamentos (Mumbuca Canaã, Gente que faz e Afrânio Fonseca Freitas-Inhobim) e acampamentos (Lindaura

Lacerda) localizados em diversos municípios (Vitória da Conquista, Encruzilhada, Ribeirão do Largo e Vila do Café) da região Sudoeste da Bahia (Estado que possui uma extensão total de 566.978 km², sendo a sexta economia do país, com mais de 13 milhões de habitantes, 33% dos quais vivendo no campo). Encontrei o que vim procurar e conhecia apenas de ouvido. Passo a relatar as impressões que tive.

Caminhávamos a cada dia de quinze a dezoito quilômetros, mais ou menos de seis às dez da manhã. Às cinco da manhã o movimento despertava para desarmar as barracas e preparar o café. A posição na coluna da Marcha era rotativa entre as organizações participantes e as regiões representadas. Madrugada de neblina em dois ou três locais. Manhã nublada e chuva suave (e rápida) em quatro ou cinco lugares. Durante a Marcha não nos surpreendeu nenhum temporal. Cumplicidade da natureza. Por outro lado, sol sempre. Esse sol amigo, que às seis ou sete da manhã já nos alegra com sua claridade mas não atormenta com seu calor, mas que vai se enfurecendo conforme a Marcha avança em sua rota. Dois carros-pipa de água acompanham a Marcha e param a cada trecho. A temperatura beira os trinta graus.

Impressionei-me com o fato de que muitos e muitas vão descalços e, alguns, sem camisa. O ritmo é tranquilo e constante. De quando em vez se corre para fechar os espaços que, por uma ou outra razão, se abrem. Quase nunca se pára, ainda que, às vezes, a parte final da coluna se detém um pouco para frear a Marcha. Sandálias. Muitas sandálias. Em sua maioria negras, mas também verdes, azuis e vermelhas. Seu passo é inaudível, mas se avança.

Observo a interação do individual com o coletivo. Cada um avança, mas se vai em conjunto. Cada um participa com seus próprios passos. Sua própria história, que é a de muitos e muitas. É a sensação de fazer parte de um povo e, ao mesmo tempo, ser um indivíduo apenas. Cada um com seu discurso e seus conteúdos: para onde vou, de onde venho, o que sustenta meus passos? As palavras repetidas freqüentemente alimentam a reflexão: “*Reforma agrária quando?*”, “*Agoraaa!*”, “*Quando?*”, “*Agoraaa!*”, “*Quando?*”, “*Jááá!*”. Cada grupo de três, quatro ou mais, da mesma região, com seu discurso e seus conteúdos: para onde vamos, de onde vimos, o que nos motiva para lutar? Alimenta a reflexão a reunião, o intercâmbio, a informação. De uma ou de outra maneira, buscando uma interpretação na travessia pelo asfalto da BR-324, expressa num instrumento de luta. Se reflete muito e se dialoga bastante. Penso que, sem dúvida, a experiência nos transforma de alguma maneira. Não é qualquer coisa, mesmo para os que estão acostumados a trabalhar sob o sol e percorrer longas distâncias. Acho que marchar para pressionar pode trazer algumas mudanças em diferentes âmbitos da sociedade (percepções sociais, subjetividade, alianças, tomada de consciência, construção de identidade etc.). Em cada percurso se vai conscientizando de que é preciso caminhar para lutar. Marchar para conquistar a melhoria na qualidade de vida.

Nessa interação conheci Denivaldo Texeira Lemos (74 anos), Adelina de Jesus (67), Olívio Rodrigo Lacerda (44), José Figueira Lima (68), Maria de Lourdes Sousa de Almeida (45) e Ginalva Machado Santos Costa (32), além de muitos que apenas cumprimentei. Esse intercâmbio me possibilitou dialogar com

Carlos de Oliveira Lima (32), José Sousa Amaral (49), Gildásio Ferreira Santos (46), Erando Mares de Almeida (40) e Ananias Sousa (57), e outros dos quais não lembro o nome.

Outra impressão que guardei diz respeito à experiência e vivência de comunidade. As pessoas se cumprimentam e sorriem. Se come junto. Procura-se em pequenos grupos um rio para se banhar ou lavar a roupa. A Marcha está estruturada em comissões: para cuidar das crianças (aquelas que não estão em idade escolar), preparar a comida (feita em cada acampamento e depois levada de carro para a próxima parada), zelar pela segurança (pessoas a pé e de motocicleta, com roupas que as identificam), pela saúde (meninas do movimento que estudam enfermagem nas escolas do MST) e veículos de apoio. O acampamento da Marcha se distribui de acordo com as nove regiões do Estado da Bahia (a saber, Sul, Extremo Sul, Baixo Sul, Recôncavo, Norte, Nordeste, Oeste, Chapada Diamantina e Sudoeste), mobilizando as diferentes equipes de apoio e as cozinhas. É admirável como tudo está organizado, uma verdadeira escola para quem participa pela primeira vez (fazia cinco anos que não ocorria uma mobilização dessa magnitude).

Reflito sobre as reivindicações do movimento. Em janeiro de 2007 foi entregue ao governador uma série de petições. Durante a Marcha, o governo e os líderes negociaram as exigências. A CETA pressionou ficando mais uns dias em Salvador. Chamou-me a atenção a *monetização* da resposta (o que, por outro lado, representa também o financiamento para “conseguir algo melhor na vida”) em relação à agilidade necessária para a desapropriação da terra. No final, chegou-se a um acordo de vinte pontos, expressos na dotação de infra-estrutura, obtenção de terra, produção, comercialização, educação e saúde, construção de três mil casas e reforma de outras cinco mil, além de mil quilômetros de estradas vicinais, algo como 17 milhões de reais, dos quais três se destinam à compra de semente. Inclusive a resposta da governadora do Pará, Ana Julia Carepa (PT), acerca do massacre, o que contrasta bastante com o que leio nos jornais: de 1996, ano em que se deu o episódio de Eldorado dos Carajás, até hoje, a concentração da propriedade fundiária no Brasil continua aumentando e tornando-se mais injusta.

Ao meu ver, as mobilizações não têm que ceder, já que é preciso atacar o latifúndio e acelerar numa melhor distribuição da propriedade (*“Um, dois, três, quatro, cinco mil! Ou se faz Reforma Agrária ou paramos o Brasil!”*; *“Um, dois, três, vamos, sim, senhor! Ou se faz Reforma Agrária ou paramos Salvador!”*). Concordo com as bandeiras do MST: a) agilizar a desapropriação das terras improdutivas, dando prioridade àquelas pertencentes a companhias estrangeiras; b) atualizar os indicadores que medem sua produtividade, bastante anacrônicos (datam de 1975) e c) acabar de tramitar o projeto, já aprovado no Senado, que determina a expropriação das propriedades que utilizam trabalho escravo.

Contemplando essa imensa planície verde da área rural nordestina e o formigueiro vermelho e branco que a cruza, me dou conta que a terra no Brasil está em disputa: de um lado, os descalços e descamisados (representantes da pequena propriedade rural, cooperativas, agricultura familiar, pequenas associações etc.); de outro, os interesses estrangeiros, com a ameaça de

retorno ao ciclo da monocultura (versão cana de açúcar e etanol para substituir o petróleo) e associado ao latifúndio local. Creio que, para um país como o Brasil, é insuficiente exigir a Reforma Agrária: mais do que isso, há que fazer da questão agrária uma política de Estado, já que é um assunto estratégico, de soberania nacional, e que atravessa todas as Secretarias. Esse enfoque supõe a subordinação da política econômica.

Voltemos à Marcha. Seu avanço se faz por meio de duas colunas humanas, ocupando meia estrada, numa extensão de um quilômetro e setecentos metros, somando cinco mil bonés brancos e vermelhos num gigantesco dominó. Durante quatro horas de rota, aproximadamente, caminha bem animada. Bandeiras vermelhas e brancas ao ar, slogans (“*CETA! Nossa luta é justa e certa!*”) e canções (não faltam o berimbau, os tamborins e os pandeiros, responsáveis pela animação das noites), um carro de som que percorre de ponta a ponta essa “serpente sem terra” tocando *reggae*, música sertaneja e forró. A animação torna agradável a caminhada dos representantes das nove regiões baianas, encurta a distância e faz a convivência mais alegre.

Outro aspecto que me impressionou foi a juventude dos que marcham, dos animadores e das lideranças. Diante do constatado agravamento da concentração fundiária e da morosidade da Reforma Agrária, serão necessários muito mais tempo e sacrifício. O conflito persistirá, pois a terra segue em disputa. Não será possível permanecer sem animar-se. Imagino essa dupla serpente como uma coluna fornecedora de energia móvel, andante. A felicidade que brota do encontro humano. Um estado anímico imprescindível, uma “petrolífera” da luta pela Reforma Agrária. O movimento somente se manterá de maneira animada e organizada. Bandeiras vermelhas e brancas ao ar, para vencer a inércia e as pressões contrárias à busca de um projeto popular de governo. Nisto estou confiante, porque conheci e caminhei com jovens esperançosos e portadores desse futuro, agora entusiasmados por esta jornada de luta: Orlando Neves Santos (29 anos), Fábio Neves Santos (21), Paulo Vinícius Marques dos Santos (17), Edina e Viviani, Roberto Alves de Oliveira (17), Adetônio Lacerda Amaral (27) e tantos outros que saudei.

Descansamos sob as lonas de plástico preto, sustentadas somente por pequenas varas de bambu. No interior, o plástico aquecido pelo sol mostra toda sua força (também se verá sua debilidade na hora da chuva forte da madrugada). Sentindo o sufocamento nas costas, na cabeça, ao entrar, andar em seu interior ou simplesmente estar aí, chega-se a duvidar que milhares de pessoas possam viver assim. Outro grande plástico, igualmente negro, serve de assoalho, onde todos descarregam as mochilas trazidas pelos carros com um pouco de roupa, o cantil com água, o prato, o copo e os talheres de uso diário. Estendemos os colchões, os cobertores ou algo onde descansar. Seremos sessenta ou oitenta pessoas prontos para dormir na barraca que ocupo, ao lado do pessoal da CETA, da região Oeste. Deitados sobre o plástico preto, ao lado da BR-324, as costas sentem pequenas pedras salientes, mas o cansaço vence o conforto. Dormimos rápido e acordamos bem cedo.

Impressionou-me ainda esse grande esforço de resistência dos camponeses.

Querendo ou não, a busca de “uma vida melhor” pela nobre via das lutas sociais envolve uma série de riscos: no momento de andar, na propensão a contrair uma enfermidade por contágio, dormindo toda as noites em lugares inseguros, pela fadiga de quase quinze dias para quem vem de longe e ainda vai permanecer na capital para pressionar. Estou certo que encontrei o que o Brasil tem de mais precioso: sua gente combativa e organizada do campo, reserva moral e de fé, de sacrifício e amor, instância crítica diante do poder. A reserva moral e os sacrifícios necessários para converter os sonhos em realidade, como disse Miralva de Carvalho, de Canguçu, no Sudoeste baiano, de 49 anos, dez nos quais no movimento, e mãe de cinco crianças: “Fui doméstica por onze anos. Era explorada e não tinha nada. Hoje tenho a terra, uma casa pequena e esta família imensa”.

Converso, já no momento de dormir, com Ananías, na última hora da jornada. Escuto seu desejo fervoroso de que seu assentamento, o *Gente que faz*, tenha escola, água potável, uma estrada boa e um posto de saúde. O que me parece uma urgente, autêntica e legítima interpelação dupla: a) primeiramente, aos dezenove brasileiros listados no relatório de 2006 da Forbes, donos, em conjunto, de uma fortuna avaliada em 43 bilhões e 800 milhões de dólares, 31% maior que em 2005, confirmando a tendência de concentração de renda crescente e, b) em segundo lugar, à coerência política do presidente Lula, seu partido e seu governo.

* *Carlos G. Rodríguez Rivera é padre jesuíta e trabalha no Centro de Reflexión y Acción Laboral (CEREAL), ligado à Provincia do México da Companhia de Jesus. [cereal@data.net.mx]*